

A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE DA CAPOEIRA PARA O POVO BRASILEIRO

Rafael dos Santos de Oliveira*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a importância da capoeira como uma das identidades nacionais do povo brasileiro. A metodologia utilizada neste estudo foi a ideográfica qualitativa interpretativa. Pois segundo Gaya et al (2008, p.58), “... as investigações interpretativas pretendem compreender e interpretar os significados dos fenômenos e ações sociais.” O instrumento de análise utilizado foi a revisão de bibliográfica sobre o tema da capoeira, para que se pudesse verificar as diversas identidades construídas pela capoeira ao longo da história brasileira e como as classes dominantes e o Estado brasileiro lidaram com esta cultura popular. O resultado obtido com a pesquisa foi de que em determinado momento da história brasileira a capoeira sofreu grande repressão por parte do Estado e se constituiu como uma cultura de resistência as adversidades encontradas por seus criadores. Em outro momento é legalizada e incentivada como esporte nacional, pelo Estado brasileiro, que tenta manipular sua verdadeira história e tradições.

Palavras chave: Capoeira. Identidade. Educação. Racismo. Esporte. Cultura

1. INTRODUÇÃO

O que conhecemos hoje como capoeira que é um jogo ou luta ou ainda dança, com certeza tinha um outro significado quando os portugueses colonizaram este país. Durante boa parte da história da nação esta expressão cultural criada por africanos escravizados no Brasil Colônia foram vítimas dos meios de repressão do Estado. Entender como esta cultura de resistência sofreu modificações ao longo de sua história é um objetivo desta pesquisa. Da ilicitude até sua legalidade e seu tombamento como patrimônio imaterial da cultura Brasileira está exposto nesta pesquisa. Segundo Capoeira (1999, p.221) “É importante entender que a capoeira – como um todo – reage aos acontecimentos políticos e econômicos de cada época; os que acontecem no Brasil e no mundo também.

A metodologia empregada foi a ideográfica qualitativa, pois segundo Gaya et al (2008, p55), afirma que os problemas investigados pelo método ideográfico “estão relacionados com as necessidades dos grupos sociais, cujo propósito referem-se à compreensão de determinada situação sob o ponto de vista dos sujeito envolvidos”. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a capoeira para responder as seguintes questões:

O que é identidade?

A capoeira traduz o gesto corporal, cultural e ancestral do povo brasileiro?

Quais identidades a capoeira forjou no seu percurso histórico?

Como ocorre a deturpação da identidade da capoeira?

1.1 Brasil Colônia o início de tudo

A luta ou jogo executada em uma roda ao som dos berimbaus e pandeiros, que vemos muitas vezes nas ruas hoje em dia é chamada de capoeira. A origem da capoeira é uma grande dúvida. O que podemos inferir é que a capoeira surge com a introdução de africanos na nova colônia portuguesa a partir de 1530. Alguns estudiosos do assunto defendem a tese de que ela se originou no continente africano. Outros afirmam que foi criada no Brasil por africanos escravizados.

Há também uma grande dificuldade de se obter registros sobre os primeiros africanos desembarcados no Brasil, devido ao ilustre Ministro da Fazenda do governo do Marechal Deodoro, Rui Barbosa que mandou incinerar toda a documentação existente sobre o período escravocrata que existisse nas repartições públicas. Assim também é difícil obter dados que pudessem ajudar desvendar a origem da capoeira.

O que sabemos, é que o regime escravocrata foi extremamente cruel e desumano. Nem mesmo as tentativas de ocultar à verdade realizadas por Rui Barbosa conseguiram apagar a história de um povo que foi explorado. Rego (1968, p.9) referente a estas atividades afirma: “infelizmente, o conselheiro Rui Barbosa, por isso ou por aquilo prestou um mau serviço, mandando queimar toda documentação existente referente à escravidão.” As condições insalubres como: péssimas condições de alimentação, moradia, jornadas extenuantes de trabalho, a que estavam submetidas às várias etnias africanas no novo mundo,

fez com que os africanos criassem estratégias para sobreviver a este ambiente hostil que era o regime escravocrata.

Antes de mais, nada faltava homogeneidade aos negros. Sob uma única raça, ocultava-se um sem número de etnias, caldeadas ao longo de milhares de anos e com culturas expressas em técnicas, filosofias, religiões e dialetos os mais diversos. O mundo desses imigrantes involuntários tinha muito pouco de unidade; ou melhor, sua única unidade residia na cor de sua pele. Accurso (1995, p.22)

No ambiente escravocrata eram aplicados castigos físicos aos cativos, pois, este modus operandi era segundo Maestri (2006 p.35), “um processo pedagógico necessário à imposição e interiorização da submissão”. O escravo africano nunca aceitou passivamente sua nova condição social. De acordo com Areias (1983, p.12), “o que lhes faltava eram condições propícias para a luta em massa organizada.”

Moura (1988) classifica as formas de resistência do negro a situação servil em passiva e ativa. Sendo assim definidas:

Formas passivas: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades. Formas ativas: 1) as revoltas cidadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras; 5) violência pessoal ou coletiva contra os senhores. (Moura, 1988 p. 273)

Podemos deduzir que, além das fugas e suicídios a capoeira também foi um dos meios de resistência contra o opressor, um meio de lutar pela liberdade. Pires (1996, p.192) afirma que, a capoeira “sempre esteve ligada aos grupos de resistência à ordem, fuga do trabalho, roubos ou outras formas de conflito”.

Para Reis (1997, p. 23), “a existência da capoeira parece remontar aos quilombos brasileiros da época colonial, quando os escravos fugitivos, para se defenderem, faziam do próprio corpo uma arma.” Já que por razões óbvias, o acesso a armas de fogo era vedada aos escravos. Rego (1968, p.47), reforça as ideias de surgimento da capoeira na era colonial quando afirma: “o jogo da capoeira se fazia nos engenhos, no local de trabalho, as horas vagas e nas ruas e praças públicas, nos dias de festas, sempre em recinto aberto.” Pois, o destino que receberam os negros oriundos da África foram os engenhos de cana de açúcar localizados em Salvador e Pernambuco.

O nome capoeira vem do vocábulo tupi-guarani (Rego apud Soares, 1968 p.17,18) “guarani caa-puêra” significando mato ralo onde os negros praticavam sua defesa corporal. Assim podemos imaginar que a capoeira primitiva tem muito haver com o mato ambiente habitual encontrado pelos africanos para desenvolverem sua luta, desde os arredores das senzalas, até o interior dos quilombos, onde houve a expressão máxima de oposição ao regime escravo. Porém do meio rural para as cidades há muito a ser pesquisado. Reis aponta que:

“não existem pesquisas históricas a respeito da capoeira para os séculos XVI a XVIII, não é possível reconstruirmos o processo que levou seu deslocamento do campo à cidade, o que deve ter se configurado por volta do começo do século XIX”. Reis (1997, p.23)

Assim temos os primeiros registros documentados sobre a capoeira no início do século XIX com a chegada da família imperial portuguesa ao Rio de Janeiro, em consequência da invasão francesa à Portugal.

A partir da segunda metade do século XIX, com legislações que restringiam o tráfico de escravos da África, a prática da capoeira expande-se entre negros libertos e livres, assim como nos diversos grupos sociais que integram a sociedade carioca. Contribui também para este fato, a migração interna de escravos do nordeste ao sudeste para laborarem nas plantações de café, além do início da imigração de trabalhadores europeus, visando à formação de uma nova sociedade, fundada no trabalho livre e industrializado. Para Pires:

“os capoeiras de nacionalidade portuguesa, em sua maioria foram imigrantes pobres, aqueles que tinham que dividir os espaços de trabalho, a moradia e compor com a produção cultural da classes trabalhadora e que significou a sobrevivência para imigrantes de varias nacionalidades.” Pires (1996, p.175).

Desta maneira, temos a inclusão de elementos brancos na prática da capoeiragem, este intercambio cultural irá proporcionar a introdução da navalha do fadista português e do porrete na capoeira.

1.2 ORIGEM BRASILEIRA OU AFRICANA

Para Rego (1968, p.31), “a capoeira é uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros.” De acordo com, Soares (1994, p 25),

“a capoeira configura-se como uma invenção escrava e urbana do Brasil.” Para Areias, a capoeira também tem sua origem em território brasileiro:

“a capoeira é uma invenção dos africanos no Brasil, por necessidades e circunstâncias próprias da situação em que aqui se encontravam, embora grande parte dos elementos extraídos para sua criação tenha origem nas manifestações culturais africanas.” Areias (1983, p.19)

Para Carybé, a capoeira tem uma origem africana, já existindo lá.

No bojo de páu dos veleiros do século XVI chegaram à Bahia os primeiros capoeiristas. Eram negros de Angola, talvez guerreiros, jogadores dessa luta em que os pés e a cabeça têm a máxima importância e as mãos passam a segundo plano. Luta efficacíssima contra os europeus que quase só empregam as mãos na defesa e no ataque. (Carybé, 1951, p 1)

É claro, que os negros africanos dominavam técnicas de combate corpo à corpo, no entanto, acreditamos que ela foi criada, no formato como conhecemos hoje, aqui no Brasil. Abreu aponta que é:

Um trabalho difícil estudar-se a capoeira desde a primitiva, porque não é bem conhecida em sua origem. Uns atribuem aos pretos africanos, o que julgo em erro, pelo simples facto que não é conhecida a nossa capoeiragem e sim alguns Sortes de Cabeça. Aos índios também não se pode atribuir porque apesar de possuírem a ligeireza que caracteriza os capoeiras, contudo, não conhecem os meios de ataque e defesa. O mais racional é que a capoeira criou-se, desenvolveu-se e aperfeiçoou-se entre nós (ABREU apud, PIRES, 1996, p. 197).

Conforme, Cascudo (1967, p.184,185), o que talvez motive os que defendem que a capoeira tem origem africana, é a existência do n'golo nos territórios ao sul de Angola. O n'golo é realizado no ritual de passagem da moça para a condição de mulher onde os rapazes fazem duelos. O vencedor deste confronto onde se usa muitos golpes com os pés tem o direito de escolher a moça com quem vai casar sem precisar pagar o dote.

Diante de um ambiente hostil e violento como era a vida escrava, onde homens exploram e torturam outros homens, podemos supor que o n'golo sofreu uma mutação no Brasil. Tendo seu significado modificado. Já que o significado, no continente africano, marcava a disputa pela jovem recém saída da puberdade, aqui no Brasil, transformou-se num meio de oposição, resposta e sobrevivência as agressões cometidas pelo colonizador lusitano e a escravidão.

1.3 A CAPOEIRA NO SÉCULO XIX

O século XIX, marca na Colônia lusitana uma transformação econômica e social, nunca antes vivenciada. Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, há uma reestruturação política na colônia. Em 1809, é criada a Guarda Real de Polícia que foi posta ao comando do Major Miguel Nunes Vidigal. O major foi um grande repressor à capoeira, aos quilombos, rodas de samba e candomblés. De acordo com Rego (1968, p.291) “o capoeira desde o seu aparecimento foi considerado um marginal, um delinquente, em que a sociedade deveria vigiá-lo e as leis penais enquadrá-lo e puni-lo.” Reis afirma que:

“o motivo da punição ao corpo reside precisamente no fato de nele estar estampada a rebeldia, o inconformismo escravo. Porém, o corpo do capoeira, supliciado pelo poder, é o mesmo corpo insurgente a transgredir a rígida hierarquia escravista e ao fazê-lo, tem a forma de um contra – poder.” (Reis, 1997 p.42).

Pois a imensa população negra escrava era uma ameaça já que atingia praticamente metade da população carioca. O que de acordo com Silva (2002, p38) “gerava um clima de \muita insegurança para o governo e para a elite branca carioca, que viam sombras de possíveis levantes em qualquer ação suspeita dos negros”.

“Era difícil para as autoridades dar cobro à prática da capoeira. Qualquer momento era usado pelos escravos, e a prática tanto tinha de luta marcial como de folguedo, jogo, exercício, relaxamento da faina do trabalho de carregar água, ou ficar ao ganho. Por volta do início da década de 1810 a capoeira já era um fixação dos jovens escravos africanos na cidade, e seu desafio a ordem escravista era semelhante a uma guerra de guerrilha, com surtidas isoladas, inesperadas, imprevisíveis, por pequenos grupos, que prontamente se dispersavam ao menor sinal dos agentes da ordem.” (Soares, 1993 p. 55).

Apesar de haver toda uma repressão em torno dos praticantes da capoeira, ela nunca deixou de ser praticada e ensinada entre as populações escravizadas. No século XIX, o Estado, não somente promoveu a repressão à esta expressão corporal como também se utilizou dela quando lhe era conveniente. Temos a inclusão de capoeiristas nos movimentos ocorridos na Bahia pela independência política do Brasil de Portugal, após o retorno de D. João à Lisboa em 1821, um ano antes da proclamação da independência por D. Pedro I.

Conforme, Abreu:

“a independência do Brasil não se resolveu na base do Grito do Ypiranga. Só aconteceu, quase um ano depois (1823), por força de uma guerra: a Guerra da Independência do Brasil na Bahia.” Abreu (2005. P 23).

Rego (1968) aponta que em 1824, houve uma revolta de mercenários irlandeses e alemães contratados para lutar na guerra Cisplatina, devido à falta de efetivos no exército imperial. Para conter a revolta, a saída encontrada foi recorrer à massa escrava. Armandando os escravos, para lutarem ao lado dos brancos nas batalhas, os primeiros muitas vezes levavam a melhor nos combates corpo à corpo.

A prática da capoeiragem se propaga pelas ruas do Rio de Janeiro no início de século XIX. Segundo Soares (1993, p.17), “na primeira metade do século a capoeira estava irremediavelmente ligada à condição escrava e à origem africana”. Ainda no Rio de Janeiro a prática da capoeira desencadeia a formação das maltas, que agregavam os praticantes da capoeira. O que seriam as maltas e suas finalidades?

Soares (1993, p.61) afirma que:

“A malta de capoeira é a unidade fundamental da atuação dos praticantes da capoeiragem. Formada por três, vinte e até mesmo cem indivíduos, a malta era a forma associativa de resistência mais comum entre os escravos e homens livres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.” Soares (1993, p.61).

As maltas fizeram uma divisão política paralela a do Império na capital imperial sendo que cada malta ocupava um bairro da cidade. De acordo com Pires (1996, p.48), “o conflito entre os escravos sempre fez parte do cotidiano da sociedade escravista, e fundamenta-se também na organização das maltas de capoeiras”. As principais maltas da capital imperial eram os Guaiamus e Nagoas. Ainda de acordo com Soares:

“Nagoa teria relação com africanos e baianos, seguidores da religião dos orixás, ou pelo menos próximos. Guaiamum seria uma tradição nativa, “crioula”, natural da terra, ligada aos escravos nascidos no Brasil.” Soares (1993 p.72).

Quando se encontravam, os integrantes destas maltas entravam em conflitos, porém quando eram reprimidas pelas forças policiais uniam-se para lutar contra a polícia. Segundo Pires:

“o principal motivo dos conflitos entre grupos ou maltas de capoeira parecia ser a disputa por espaço. Ou seja, os conflitos representavam formas de exercer a autoridade e poder em uma determinada vizinhança.” Pires (1996, p.143).

Obviamente esta organização por parte dos capoeiristas não passou despercebida entre as autoridades imperiais, que vendo a impossibilidade de dar fim a capoeiragem, viu na organização das maltas uma finalidade que atendesse aos seus interesses segundo Pires (1996, p83) utilizando-as como “braço armado de políticos no sistema monárquico.” Ou em outras palavras uma força paramilitar.

“Nos processos eleitorais, desde a Monarquia até a primeira República, os principais dirigentes políticos das cidades (Rio de Janeiro, Belém, Salvador) solicitavam a ação de capoeiras na hora de decidir o pleito eleitoral.” (Oliveira e Leal 2009 p.49).

O uso de capoeiristas como capangas políticos veio acirrar ainda mais a diferença entre nagoas e guaiamus. Assim, de certa forma, as autoridades exerciam certo controle sobre estas maltas, pois o conflito entre elas passa a ser um jogo de manipulação dos interesses da classe dominante: ora as maltas estavam associadas ao partido conservador, ora ao partido liberal. Os guaiamus usavam a cor vermelha e os nagoas a cor branca para distinguirem-se. De acordo com Silva (2000 p. 10) “Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa”.

Além disto, neste período referências a prática da capoeira envolvendo o lúdico através das festas populares, nos momentos de ociosidade, com demonstrações de destreza corporal através de acrobacias feitas nos adros e torres das igrejas e à frente das paradas militares.

Geralmente, o lugar de reunião dos capoeiras eram tavernas, igrejas, praças e, é claro, os lugares de treinamento. Suas ações também foram registradas pela imprensa em festas cívicas populares, quando aparecem frente a batalhões militares, provocando “correries” (Pires,1996 p.77)

Entre os anos de 1865 a 1870 temos também a participação de capoeiras na Guerra do Paraguai para defender interesses comerciais ingleses. Vários batalhões eram compostos por integrantes das maltas. Muitas vezes o recrutamento era forçado. Aqueles que eram flagrados praticando a capoeiragem eram punidos com a ida para o front. Havia também os

senhores que mandavam vários escravos para substituí-lo ou a algum familiar quando convocados. Neste mesmo período surgem os estudos sobre a eugenia. Segundo Soares, C:

“ a eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico, propondo-se a uma intervenção científica na sociedade, explicando o primeiro pelo segundo.” Soares, C. (2007, p.18)

Bernal (apud Soares, C.2007, p.18), afirma que: “a eugenia, permitiu a utilização do argumento da raça para justificar toda a exploração de classe ou colonial.”

É claro que as elites dominantes brasileiras não deixaram de adotar a política da eugenia. Veem na guerra uma oportunidade de diminuir a população negra e claro acabar com o problema que sempre ameaçou a ordem vigente a “capoeira”. De acordo com Accurso (1995, p.40) “nossos dominantes entendem que a guerra contra o Paraguai é a solução para diminuir a população negra, convencendo o negro a ir para a guerra, em troca de sua liberdade.” Abreu revela-nos as estratégias utilizadas para o recrutamento de negros:

“Mas desde quando enviados por ‘livre’ e espontânea ‘vontade’ ou ‘voluntariamente constrangidos’ ou caçados para a guerra, esta, além da morte, além de oferecer oportunidades para cometerem atos de bravura ou covardia, colocava frente aos capoeiras novas linhas no horizonte (ou miragens) que poderiam mudar sua sorte, por exemplo: de deixar de ser pária para ser defensor da pátria. Para o escravo capoeira recrutado, era a chance de jogar com tudo, arriscar a própria vida para sanar sua ‘ânsia’ de liberdade”. Abreu (2005,p130,131)

Ao final da guerra, o Paraguai sai derrotado militarmente, sua economia está destruída e 75% da população masculina dizimada. Para o lado brasileiro, o saldo foi um grande número de baixas, principalmente negros, e varias dividas financeiras com a Inglaterra. Segundo Accurso:

“A matança planejada foi muitas vezes usada na nossa história para os poderosos enfrentarem os que se revoltavam contra as relações sociais impostas – primeiro os índios, depois os negros, em seguida os oprimidos que se rebelavam, sempre “limpando” a sociedade da presença incomoda dos pobres e marginalizados...” (Accurso,1995, p.38)

Depois de, finalizado o conflito bélico, aos negros sobreviventes não foi concedido nenhum benefício ou pensão. Muitos ficaram mutilados e inutilizados para exercer outra atividade laboral e foram abandonados a própria sorte. Aos que escaparam da morte e das mutilações, retornam para suas cidades de origem buscando retomar os espaços ocupados na liderança das maltas que ficaram vagos ao irem para front.

1.4 ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO 1888

Ao final da guerra do Paraguai, em decorrência do o contato da oficialidade do exercito brasileiro, com outros exércitos que não se utilizavam da mão de obra escrava, surge entre os militares brasileiros a simpatia pelo abolicionismo além dos oficiais brasileiros reconhecerem, ao menos no campo de batalha, a coragem e o valor dos negros. Também colaboravam as campanhas feitas por intelectuais em favor do abolicionismo, tanto politicamente como através da ajuda direta nas fugas e na arrecadação de fundos para comprar a alforria. O trabalho escravo não rendia mais o esperado: muitas vezes os escravos boçais (escravos rurais), sabotavam os engenhos.

“o trabalho escravo estava em decomposição; os escravos na sua maioria já estavam convencidos de sua situação de explorados e, em maior ou menor grau, desobedeciam às ordens dos seus senhores formando grupos que não eram mais circunscritos aos quilombos mas se manifestavam dentro das próprias senzalas. Mesmo dentro do baixo nível de produtividade médio, a faina dos escravos não tinha mais aquela rentabilidade dos primeiros tempos, já pela tomada de consciência dos mesmos da sua situação de oprimidos, o que os levava à posição de revolta e oposição aos senhores, já por questões econômicas que escapavam ao seu controle e conhecimento, bem como dos senhores de engenho e fazendas.”
Moura (1988 p. 66)

A pressão militar e econômica exercida pela capital inglês, que já tinha atingido êxito com a proibição total do tráfico visava à implementação de um mercado consumidor. Moura afirma que:

“...o escravo não consumia. A burguesia nascente e os industriais ingleses que dominavam o mercado interno brasileiro, cada um por motivos diferentes, ou melhor, antagônicos, tinham interesse, naquela época, em ampliar esse mercado para que fosse proporcionada a absorção dos seus produtos. A economia baseada na escravidão não acenava com essa perspectiva.” (Moura, 1988 p. 66-67)

Toda esta conjuntura contribuiu para que a Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888 assinasse a Lei João Alfredo popularmente conhecida como Lei Áurea, que tinha dois artigos:

“Artigo 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil.
Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.” (Jornal do senado p.3
13/05/1888)

Como a lei não previa indenização aos proprietários de escravos, estes por sua vez passaram a apoiar a causa republicana. Já que viram seu investimento perdido. Assim, o regime monárquico vai perdendo sua base de sustentação.

Entretanto, a sanção da lei aumentou consideravelmente o apoio popular ao Império, e obviamente os monarquistas souberam tirar proveito desta situação. É criada a “Guarda Negra Redemptora” com a finalidade segundo Soares (1993, p.83) “de combater a campanha republicana que se espalhava pelo país após o 13 de maio.” É uma tentativa de dar uma sobrevida ao trono de D. Pedro II, já que a monarquia vinha perdendo apoio de vários setores importantes como a igreja, exército e os latifundiários. Após diversos confrontos entre monarquistas e republicanos, através da guarda negra, que sempre dissolvia os encontros republicanos, o regime monárquico chega ao seu fim em 15 de novembro de 1889. Obviamente sem apoio e participação popular. Oficiais do exército liderados pelo Marechal Teodoro da Fonseca depuseram o Imperador do poder e o deportaram para Portugal

1.5 REPÚBLICA - CAPOEIRA - ESPORTE NACIONAL

As duas primeiras décadas do século XX não foram muito favoráveis à capoeira. A jovem república pautava suas políticas na elaboração de uma sociedade em que valores eugênicos eram priorizados. (Oliveira e Leal 2009, p.47,48), afirmam que estas políticas “visavam o embraquecimento da população brasileira no menor tempo possível.”

A forte repressão a capoeiragem iniciada em 1890 com Sampaio Ferraz, nomeado pelos militares como chefe de polícia, faz com que a organização de capoeiristas através das maltas já não aconteça. Pois, para legitimar-se diante da sociedade e ao mesmo tempo vingar-se da Guarda Negra os republicanos inserem a prática da capoeira no código penal de 1890.

CAPÍTULO XIII

Dos vadios e capoeira

“Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas e instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo terror de algum mal: Pena - de prisão celular de dois a seis meses. Parágrafo único. É considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.”

Mesmo assim, a sua prática e ensino não desapareceram neste período. Muitos dos integrantes das maltas continuaram a exercer suas funções de capangagem política na decisão dos processos eleitorais republicanos. Pires (1996, p.132) relata que “tudo que os discursos dos líderes republicanos repudiavam, ainda estava entranhado nos costumes e valores constituintes da cultura política na Primeira República”. Ainda para o citado autor, um dos costumes herdados pelos republicanos foram às relações políticas do século XIX, “a capangagem, a prática dos ‘bambas’ e ‘valentões’ que determinavam o resultados dos pleitos eleitorais”. O uso desta prática irá manter sempre as mesmas classes no poder através de acordos e será conhecido como “república do café com leite” onde políticos de Minas Gerais e São Paulo se alternaram na presidência através do coronelismo.

Com a revolução de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da república, pondo fim a “república do café com leite.” Neste período a capoeira começa a emergir da ilegalidade. Já durante as primeiras décadas do século XX o grande divertimento do público eram os torneios de luta. Neste meio a capoeira começa a ganhar destaque diante de outras artes marciais.

Inicia-se um governo populista inspirado nos regimes totalitários vigentes na Europa, (Itália, Alemanha). Vieira (1998 p.70) revela, que o Estado inicia “um intenso processo de apropriação das instituições do *ethos* popular para legitimar-se diante do povo.” Assim a “capoeira, o samba, o futebol, e tudo aquilo que poderia ser caracterizado como autenticamente nacional foi resgatado numa ampla ação ideológica junto às classes subalternas.” Conduru (2008 p.33) aponta em sua pesquisa que uma das tarefas a serem

desenvolvidas neste período pelos intelectuais foi à construção de referenciais “culturais autenticamente nacionais”

O governo de Vargas busca se legitimar diante das camadas populares, e muitas políticas visando a melhora das camadas desfavorecidas serão implementadas ao longo de seu governo como: elaboração de leis trabalhistas, instituição do salário mínimo, voto para as mulheres e a descriminalização da capoeira em 1937. Resgata-se a ideia de Coelho Neto que a pesquisa de Moura (2009, 22), aponta que, em 1910 Neto tentou instituir de forma oficial a prática da capoeira em quartéis e institutos oficiais através da Câmara dos Deputados. Infelizmente, devido à forte repressão que havia sobre as culturas de origem africana a proposta foi rejeitada e até considerada ridícula por ser uma luta nacional.

Segundo Viera (1998, p.70), uma das ações iniciadas por Vargas neste sentido foi à inserção da capoeira na grade curricular da Polícia Especial, criada em 1932, com duas finalidades: “como técnica de luta e como valor cultural afirmador da nacionalidade”.

Neste contexto favorável de afirmação de identidade nacional, surge Manoel dos Reis Machado, popularmente conhecido no mundo da capoeira como Mestre Bimba. Mestre Bimba, preocupado com a capoeira marginalizada e reprimida pelas instituições estatais da primeira república, sobe aos ringues levando a sua luta regional baiana, desafiando qualquer outro estilo de luta. Campos (2009, p.53), afirma que para criar a capoeira regional, Bimba “utilizou seus conhecimentos da capoeira primitiva e da luta denominada batuque.” Ainda para Campos (2009, p.53), Bimba encontrava-se insatisfeito com a “prática da capoeira época” principalmente como uma demonstração de uma capoeira “folclorizada, com intuito comercial, e fugindo da sua essência”.

Assim, Mestre Bimba torna-se muito popular, após sagrar-se vencedor em seus duelos ganhando muito prestígio. Getúlio Vargas vê em Bimba um meio de ganhar a simpatia das massas populares e inicia o processo descriminalização da capoeira. Segundo Campos:

Ao criar a Capoeira Regional, Mestre Bimba estabelece uma ruptura com a capoeira praticada e, destacando-se entre os demais capoeiristas da época, passa a

exercer uma liderança: é enaltecido como ídolo popular, confirma respeito nas rodas de capoeira, nas desavenças com a polícia e na maestria no ensino de sua arte. (Campos 2009, p. 82)

Entretanto para ser aceita na sociedade, a capoeira regional terá que refletir os ideais eugênicos vigentes da década de 1930 e ser capaz de transformar a imagem do capoeira vadio e desordeiro em um desportista saudável e disciplinado. Vieira (1998, p.71), afirma então que, Mestre Bimba instituiu “o exame de admissão, que atuava como uma verdadeira seleção biotipológica, exigindo resistência física e flexibilidade, ou “junta mole” como ele dizia.” A capoeira passa a ser ensinada em academias e escolas. Eram aceitos novos alunos somente se eles estivessem com carteira de trabalho assinada ou fossem estudantes.

Vieira (1998, p.130, 139) afirma que “o surgimento da capoeira regional foi o primeiro passo rumo à inserção da capoeira no contexto desportivo brasileiro.” Seu estudo também, revela uma afirmação feita pelo presidente Vargas à Mestre Bimba de que “a capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional”, após apresentação de capoeira no catete em 1953.

Mestre Bimba, com sua Capoeira Regional cria uma metodologia de ensino para a capoeira algo até então inexistente. A aprendizagem da capoeira antes de Bimba ocorria pela observação e era praticada em praças e fundos de quintal. Ele cria os rituais como a formatura, batizados, toques, cantos e indumentárias.

Diante desta grande popularidade e incentivo por parte do Estado, a capoeira regional de Mestre Bimba ganha adeptos de várias classes sociais principalmente na classe média. Há uma expansão enorme pelas capitais do Brasil.

Aproveitando este impulso positivo na sociedade à Capoeira Regional de Bimba, muitos capoeiristas de baixo escalão, buscam nela uma forma de sobreviver e ganhar espaço na sociedade, usando o nome de Bimba.

Sendo assim, ocupam várias academias para comercializar a capoeira. Mas para tal, precisam adequá-la a quem pode pagar e consumir. Surge assim um processo de deturpação

e distanciamento da origem da capoeira. Ela passa a ser modificada pelos modismos corporais como ginástica e outras lutas marciais. Segundo Silva:

“Busca-se convencer o capoeirista que, para se legitimar, ele precisa consumir estes produtos. Explicita-se dessa forma a hegemonia dos valores próprios à sociedade de consumo abarcando a Capoeira como um produto altamente rentável, facilmente vendido, seja ao público consumidor vinculado ao universo esportivo, seja aquele outro afeito à “vida saudável”, seja ainda aos que nela reconhecem elementos de cultura, mesmo que folclorizada.” (SILVA, 2002. P 12-13).

Neste mesmo contexto, de expansão da capoeira de Mestre Bimba, surge Vicente Joaquim Ferreira Pastinha (Mestre Pastinha), como grande organizador da capoeira angola que nada mais é do que a capoeira primitiva que Mestre Bimba praticou muitos anos. (Campos apud Pires 2009, p.40) afirma que, “Mestre Pastinha desempenhou um papel de verdadeiro líder, orientando politicamente os capoeiristas, estimulando-os para que formassem um grande centro de capoeira angola”. Mestre Pastinha cria regras do jogo de angola. Organiza o ritual da roda e suas regras e enfatiza a capoeira angola nos aspectos cultural, educacional e espiritual. Campos (2009 p. 40,42), afirma que, Mestre Pastinha também defendia a capoeira angola “como um tipo de esporte brasileiro” que traria benefícios para o “desenvolvimento físico e da saúde.” Atualmente, encontramos a capoeira sendo solicitada em escolas, projetos sociais e até mesmo na universidade. Mas qual a identidade que a capoeira esta carregando para esses espaços?

No decorrer das ações iniciadas no Estado Novo de Getúlio Vargas, até os tempos de nossa estrutura capitalista, a capoeira sofreu adulterações modificando sua identidade atendendo outros interesses. Mesmo assim, existe uma minoria que luta pela autêntica capoeira, valorizando suas raízes e a identidade que a gerou. São os discípulos de Pastinha, Bimba e muitos outros que viveram o tempo da capoeira ainda não tão distante da praticada e ensinada em fundo de quintal.

2. DISCURSÕES

2.1 IDENTIDADE E CAPOEIRA

Para compreendermos a contribuição da capoeira como uma das identidades nacionais precisamos, conhecer sua origem, sua história e como as classes dominantes ao longo do tempo lidaram com esta cultura popular. Entretanto, precisamos entender como se formam as identidades nacionais. Hall (2002 p. 48) afirma que, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”.

Para Souza (2006, 105), identidade é a imagem que as pessoas possuem de si mesmas e que outros têm delas. Para constituirmos uma identidade precisamos ter elementos comuns como: a língua que o povo fala, o lugar que habita, um passado comum, crença em alguns valores que todos deveriam ter.

Os africanos, que foram submetidos à escravidão no Brasil, possuem todos uma origem comum o continente Africano, embora, nem todos fossem de mesma etnia (ovimbundos, dembos, ambundos, imbangalas), nem falassem o mesmo dialeto. Porém, todos pertenciam ao grupo linguístico Banto (posteriormente, vieram os jejes e os iorubás) e possuíam características comuns entre si. Conforme, Denys (1999, p. 182), “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas”.

Souza (p.85 2006) aponta que, “no Brasil, essas diferentes etnias, foram reagrupadas com os nomes Angolas, congo, benguela e cabinda, identificando os africanos pelos portos nos quais haviam sido embarcados ou pela região na qual eles se localizavam.” Todos os africanos trazidos para laborar nos canaviais, na mineração e na plantação de café, tiveram o infortúnio de realizar uma longa viagem da África para o Brasil e foram submetidos a um regime cruel e desumano, a escravidão. Só através do uso da violência física e psicológica o lusitano impôs, ao africano o trabalho escravo já que, todos africanos tiveram que adotar o Brasil como novo lar. De acordo com, Areias:

“Sem conhecerem a nova terra, apartados de suas famílias e dos seus hábitos e costumes, sem falarem a mesma língua, pois eram divididos em grupos de dialetos diversos para dificultar-lhes a comunicação e eventual organização e rebelião, doentes, subnutridos, acuados como bichos, sem acesso a qualquer tipo de armas e totalmente vigiados, para os escravos era muito difícil lutar e reagir contra esse estado de coisas.” (Areias 1983, p.11)

Nestas condições de desigualdades e injustiças se formou a diáspora afro-brasileira (banto, jejes e iorubás), juntamente com a cultura indígena contrapondo a cultura dominante, onde a capoeira é o produto cultural desta resistência.

O colonizador português, para perpetuar a dominação e manter o regime escravocrata durante três séculos se utilizou os mais diversos meios além do uso da força. Era preciso investir na criação de identidades, estereótipos estimular a diferença. De acordo com Silva (2000 p.81), “a diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas.” Nasce assim, o preconceito racial no Brasil.

“O preconceito racial, no Brasil, foi criado a partir da interação entre dois grupos , uma classe política e economicamente dominante que assumiu uma concepção de mundo considerada superior e estigmatizou o outro grupo, neste caso, o dos não brancos, caracterizando-o como de qualidade inferior, crença que passa a ter a função de justificar a dominação sobre ele. Concomitantemente, à medida que o grupo dominado passa a compartilhar as crenças sobre si mesmo e se submete à dominação, o processo passa a ser legitimado.” (Ferreira, 2009 p.51, 52)

Um dos métodos mais eficazes utilizados pelos lusitanos, para manter o controle sobre a população escrava era a tipificação física. A ascendência africana, a cor da pele, apontava sua proximidade com a escravidão (Souza, 2006). No século XIX, segundo Souza (2006, p.94) “ser negro era acima de tudo ser suspeito de ser escravo, mesmo que fosse livre.” Assim, de acordo com Silva (2000, p. 09), “a identidade é marcada pela diferença.”

A diferença se fez presente na sociedade escravocrata. Segundo Souza (2006, p.89), os negros foram classificados em: boçais, escravos novos oriundos da África que não falavam português e não conheciam os costumes da terra; ladinos, africanos já aculturados, dominando o português e obedientes aos senhores; crioulos, eram os nascidos no Brasil, possuíam o português como primeira língua, na maioria das vezes eram batizados e imitavam os costumes lusitanos ao menos na presença de seus senhores.

Diante de um sistema repleto de desigualdades, opressor e violento o negro não aceitava passivamente esta condição. Para Cuche (1999, p.191), “o sentimento de uma injustiça coletivamente sofrida provoca nos membros do grupo vítima de uma discriminação um forte sentimento de vinculação à coletividade.”

Desta maneira, foi a cultura o elo de união de todos os submetidos à escravidão pois nos momentos de folga, surgem as danças, os cantos, os ritmos vindos de tradições e de raízes, forjando uma consciência em busca de liberdade que todos almejavam. Para Soares, a capoeira no século XIX:

“era bem mais que uma forma de resistência escrava. Era uma leitura do espaço urbano, uma forma de identidade grupal, um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida, um instrumento decisivo do conflito dentro da própria população cativa.” Soares (1993 p.49)

A capoeira, além de ser, uma expressão de rebeldia ao sistema escravocrata, servia de núcleo para o fomento da resistência, onde vários indivíduos na mesma situação se encontravam e compartilhavam suas angústias, alegrias e a difusão do conhecimento da capoeira. Conforme Silva (2000 p.34), “a política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado”. Para Soares (1993, p.94,95), a capoeira tinha um significado bem diferente do que é atualmente. Seus estudos apontam uma “ritualização que obedecia um objetivo determinado: a consolidação do grupo sua identidade sendo cristalizada pela ação conjunta, pela auto defesa grupal.”

De acordo com Reis (1997, p.92), “a prática da capoeira, ao tornar possível um certo grau de autonomia do indivíduo em relação à elite proprietária, introduz um elemento de desordem, constituindo-se então como mais uma das contestações à ordem escravista”. Por ser uma grave resistência e ameaça ao regime escravocrata a capoeiragem e seus praticantes tornam-se um grave problema de segurança pública, e passam a ser perseguidos e reprimidos pelos portugueses que passam a criar estereótipos negativos aos capoeiristas.

Rego (1968, p.291) afirma que, “o capoeira desde o seu aparecimento foi considerado um marginal, um delinquente, em que a sociedade deveria vigiá-lo e as leis penais enquadra-

lo e puni-lo.” Entretanto, conforme estudos de Pires (1996, p. 201), “a maioria dos capoeiras comprovaram manter vínculos com o ‘mundo do trabalho’, descaracterizando o estereótipo de vadios, construído em relação a eles.” Já que o negro escravo realizava toda espécie de trabalho é até uma contradição classificar o mesmo como vadio.

2.3 A CAPOEIRA TRADUZ O GESTO CORPORAL, CULTURAL E ANCESTRAL DO POVO BRASILEIRO?

Sodré (1996, p68) aponta que, “a capoeira, é um jogo com identidade cultural, ou seja, é uma atividade corporal que remete a uma historia e seus desdobramentos na atividade concreta dos sujeitos”. Através da capoeira podemos conhecer a história de um povo que lutou e resistiu a todo tipo de adversidade imposta, como: a escravidão, a repressão, a perseguição e a estigmatização. Para Cucho (1999, p180), a identidade cultural “é uma propriedade essencial inerente ao grupo porque é transmitida por ele e no seu interior, sem referências aos outros grupos.” Sodré, afirma que a capoeira é:

“é um conjunto ritualístico de procedimentos, voltado tanto para o combate contra um adversário como para a expressão do júbilo corporal, dentro do quadro histórico e mítico da etnia dita negro-brasileira, cujos valores também são de tradição”. Sodré (1996, p. 64).

A ancestralidade na capoeira esta vinculada não somente a uma linhagem de mestres, mas principalmente na questão religiosa de origem africana, o candomblé. Pois, as religiões de origem africana também foram alvo dos aparelhos repressores do Estado. E assim como a capoeira, tiveram que traçar estratégias para sua prática, difusão e ensino.

Mattos (2007 p.160), afirma que o culto do candomblé “resume-se na prática de oferendas aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão. Ainda para o citado autor “esses ancestrais, relacionados à fundação das principais linhagens africanas, são denominados orixás e voduns e se comunicam com os devotos por meio da possessão.” Sodré afirma que:

“os orixás, os voduns ou os inquices não são entidades apenas religiosas, mas principalmente suportes simbólicos – isto é, condutores de regras de trocas sociais,

assim como de ‘textos’ éticos – para a continuidade de um grupo determinado.” Sodré (1996, p.66)

Ainda para o mesmo autor a capoeira é:

“Uma forma de resgate de experiências expressivas não verbais, em conexão com as experiências fundamentais de coordenação motora. É ademais expressão, no sentido da transmissão deliberada de valores da vicissitude constitutiva da identidade afro-brasileira.” (Sodré, 1996 p.68)

Desta forma, não podemos definir a capoeira apenas como um jogo ou um esporte pois, ela carrega em sua constituição elementos religiosos de diversas culturas africanas que foram submetidas à escravidão no Brasil. Praticá-la atualmente sem estes valores culturais é uma forma de deturpação pois, não será uma capoeira de tradição.

2.4 A CAPOEIRA DE TRADIÇÃO

A capoeira de tradição é uma cultura popular. Cucho (1999, p.149) define cultura popular como: “culturas de grupos sociais subalternos. Elas são construídas então em uma situação de dominação.” Arantes (1963, p.54,55), afirma que cultura popular é antes de mais nada, consciência revolucionária “um tipo de ação sobre a realidade social”.

Desta maneira, a capoeira teve que se constituir como cultura de resistência ao regime escravocrata, já que o Estado detinha o monopólio da repressão e dominação às populações escravizadas. Esta cultura de resistência é oriunda de uma tradição milenar, com raízes profundas e visões de mundo bem específicas, que na situação de escravos toma novos rumos para responder as suas necessidades.

Assim, a capoeira é revolucionária porque contesta os valores impostos pelas classes dominantes da sociedade, pois, suas origens são da luta contra a dominação. Sua ação dentro de sua tradição, revela outros valores que estão dentro de outra visão de mundo, onde a humildade, a genuinidade, o respeito, o orgulho da sua história e ancestralidade conduz a perceber-se no mundo como um ser sujeito. Sendo assim, um ser sujeito é aquele que não aceita a realidade imposta por uma ideologia dominante. Para Löwy (1988 p.12), “ideologia é qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais.” Accurso (1995, p.122), afirma que o capoeirista “consegue ao longo de seu

desenvolvimento, situar-se na história do Brasil,” fazendo que o negro compreenda “todo o processo a que foi submetido, regatando sua cultura, seus valores, sua contribuição na formação do povo brasileiro,” contrapondo desta maneira: a história difundida pelas classes dominantes, de uma participação submissa e sem lutas do movimento negro na constituição da nação brasileira.

2.5 QUAIS IDENTIDADES A CAPOEIRA FORJOU NO SEU PERCURSO HISTÓRICO?

Analisando, o histórico da capoeira transcrito neste trabalho, podemos afirmar que houve muitas identidades construídas e até atribuídas à capoeira em sua trajetória. No início da invasão portuguesa no século XVI até o século XXI temos no Brasil uma identidade da capoeira associada a:

1 – a natureza – ao mato ralo origem do nome da capoeira, que na língua guarani é *caapuêra* (Rego apud Soares, 1968 p.17,18), as entidades religiosas como orixás, a integração com a cultura indígena. Desta maneira, há integração com outros seres do reino animal, vegetal e mineral. Isto dá uma composição de equilíbrio com a natureza o que é chamado de totalidade. Para Sodré (1996, p.68), esta totalidade é a “harmonia entre o corpo e espírito comandando continuamente a ação do sujeito.” Nesta integração muitos movimentos da capoeira, são batizados com nomes de animais, do vento, do mar.

2 – de Rebelião – negação de uma inferioridade imposta para justificar a escravidão. Encontra na cultura da capoeira um suporte para fortalecer e construir uma identidade de resistência, um meio de pertencer a um grupo e uma forma de sobrevivência, contrapondo assim, a cultura dominante.

3 - ao lúdico – através da brincadeira nos momentos de folga, nos desfiles ou em procissões, se fazia a prática da capoeira como diversão e libertação do corpo. E até como forma de disfarce à repressão. A capoeira é associada à vadiação a distração.

4 – de confiança e eficiência – através da prática da capoeira e de seus fundamentos desenvolve-se a confiança através, domínio corporal concretizando-se a eficiência de luta

pela liberdade. Segundo Campos (2009 p.90), a capoeira “tem uma influencia marcante no aspecto cognitivo, afetivo, e motor. Estimula a coragem, a autoconfiança, a autoestima, a cooperação, a formação do caráter e da personalidade.”

5 – Política – Rebelar-se contra o sistema exige consciência , através dela há um posicionamento frente a realidade que esta inserido. Exemplo da tomada de consciência é o movimento abolicionista que intelectualmente pleiteava o fim da escravidão de forma institucional pelo Estado. E a atuação das maltas de capoeira, que decidiam os pleitos, embora fosse vedado o direito ao voto aos negros, os capoeiristas acabavam decidindo indiretamente ou diretamente o resultados dos pleitos eleitorais.

6 - de vadio e marginal – quando na proclamação da república a capoeira torna-se um ilícito penal com o artigo 402 “dos vadios e capoeiras.” Neste caso há uma exclusão total perante uma lei que estabelece comportamentos inaceitáveis pela sociedade. Assim, estabelece-se uma identidade que é negada pelo sistema

7 – Como esporte nacional – a valorização de uma cultura reprimida emerge na necessidade de um novo governo legitimar-se e ter apoio do povo. Exemplo quando é instituído no Estado Novo de Getúlio Vargas a valorização do nacionalismo através do negro e suas práticas culturais na constituição de uma nação.

8 - de afirmação da cultura negra - Já no século XXI por meio de, políticas afirmativas promovidas pelo movimento negro, onde o Estado teve que atender suas reivindicações como o acesso à universidade, a cargos públicos (através das cotas) e a difusão da cultura africana através da lei 10.639/2003, e a declaração da capoeira como patrimônio cultural em 2008 pelo IPHAN.

2.6 A DETURPAÇÃO DA IDENTIDADE DA CAPOEIRA

A deturpação da identidade da capoeira ocorre no início do século XX, quando o Estado Novo de Vargas tem o objetivo de se apropriar das culturas populares, visando à popularidade do regime através do esporte.

Em entrevista a revista da biblioteca nacional Gil Cavalcanti (Mestre Gil Velho) afirma que:

Quando o universo interpretativo da origem e identidade da capoeira muda, há uma ruptura da capoeira como movimento social. Nasce uma capoeira sem identidade social, construída a partir dos discursos intelectuais, tanto o carioca como o baiano. A capoeira atual tem toda sua construção relacionada aos discursos nacionalistas do final do século XIX e começo do XX, em duas linhas básicas: a capoeira carioca, com sua “ginástica nacional”, e a baiana, com seu “projeto regional”. Cavalcanti (15/06/2008)

Temos assim, o que (Hall apud Hobsbawm e Range 2002, p.54), chamam de tradição inventada:

“Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes inventadas... Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”.

Este passado histórico adequado será aquele idealizado para as classes dominantes onde o período escravocrata é perpetuado como pacífico sem lutas pela classe dominada. Será a história da Princesa Isabel sancionando uma lei que na prática já vigorava nas ruas do Império diante da tomada de consciência dos explorados, o que é negado. Será a visão estereotipada do negro e de suas práticas culturais.

Portanto, uma das deturpações na identidade da capoeira acontece quando o Estado a promove como um esporte. Cuche (1999, p.188), relata que “A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais. Sua lógica radical é a da ‘purificação étnica’.” É o que estava em vigor e foi incentivado pelo Estado, principalmente após o golpe militar de 1964, onde houve grande ênfase ao nacionalismo. Para Cuche (1999, p.199), “a exaltação da identidade nacional pode levar somente a uma tentativa de subversão simbólica contra a afirmação da identidade.” Ou seja, a construção de uma nova identidade para capoeira através do esporte. Assim ocorre uma descaracterização da capoeira e são lhe atribuídos novos valores há uma aproximação com as artes marciais orientais. Segundo Capoeira:

“...a capoeira veste “uniforme”; cria sistema de graduação; racionaliza cada vez mais a metodologia de ensino em favor da eficiência (de luta) e em detrimento do ritual, da criatividade, da “brincadeira”; realiza campeonatos; tenta oficializar uma

nomenclatura oficial, acabando com os regionalismos; cria as federações ligadas ao CND (Conselho Nacional de Desporto); conquista os jovens de classe média, além da já tradicional clientela das classes economicamente desfavorecidas espalhando-se pelo Brasil e fazendo cabeça-de ponte na Europa e EUA”. Capoeira (1999 p.224-225)

Campos (2009 p 92) aponta que a capoeira tornou-se oficialmente um esporte “em 1972, pelo conselho nacional de Desportos, tendo um enfoque especial para competição, estabelecendo-se treinamentos físicos, técnicos e táticos.” O estilo de capoeira cooptado pelo Estado para deturpar a identidade da capoeira foi à capoeira regional de Mestre Bimba. Entretanto, Mestre Bimba acabou sendo uma vítima do Estado, e não um deturpador da cultura de seu povo. Mestre Bimba era contrário às deturpações que estavam ocorrendo na capoeira e que eram promovidas pelo órgão municipal de turismo da Bahia, com o intuito de, criar apresentações que fossem agradáveis aos turistas, como aponta Rego (1968), para contrapor estas ações Mestre Bimba cria a luta regional baiana. Abreu apud Campos (2009, p.82), afirma que, “...é possível que por trás do convite para a capoeira se apresentar no palácio estivesse uma forma sutil de apresentá-la como resíduo exótico e pitoresco de ‘nossa herança cultural’...”. Pode-se, deduzir que a real intenção do Estado ao legalizar a capoeira, incentivá-la como um esporte nacional, com certeza não era tê-la como uma manifestação cultural de contestação à ordem vigente durante o Brasil Colônia e Império. E sim construir valores adequados e aceitáveis pelas classes dominantes, que tinham interesse em criar um passado sem lutas e contestações dos explorados os negros e tornar a capoeira como uma prática de origem mestiça.

O surgimento da capoeira angola organizada pelo Mestre Pastinha também, tentava inserir-se como um esporte. Segundo Campos:

“Pastinha teve como meta expandir a Capoeira Angola, querendo que fosse conhecida pela população baiana, como um esporte, e não ‘ficasse como uma prática cultural típica da escravidão, quando, segundo ele, a violência entre os praticantes teria chegado aos extremos’”. (Campos apud Pires 2009, p.40)

Para Soares (1993, p. 47) a capoeira “era simplesmente uma válvula de escape da sufocante rotina da escravidão. Assim o cativo devolvia a truculência e a brutalidade que sob ele era jogada cotidianamente...”. Desta maneira, Mestre Pastinha também foi uma vítima do Estado, pois teve que adotar uma postura idealizada pelas classes dominantes que desejavam

que a capoeira fosse despojada de toda sua história de luta de resistência à ordem vigente. (Campos apud Decânio 2009, p. 41), relata que, Mestre Pastinha “... desfez os preconceitos de capadócio, de desordeiro, de malandro, de desordeiro com a qual a classe dominante tentou estigmatizar e sequestrar a capoeira e seus praticantes”.

No contexto, em que Mestre Bimba e Mestre Pastinha viveram a única forma encontrada de ambos vislumbrarem a prática de sua cultura (a capoeira), fora da ilicitude foi através do esporte. Segundo, Santin:

Nenhuma prática social escapa ao controle ideológico do sistema de significações da ordem cultural. As invenções esportivas constituem apenas uma das possibilidades destas manifestações culturais. Um esporte é reconhecidamente pertencente a uma ordem cultural quando reproduz, no ato de sua instauração, os valores da cultura que lhe emprestou as condições de sua gênese. Santin (1996, p. 22)

Ambos, de certa forma, foram cooptados pelo Estado, para que a prática da capoeira fosse legalizada com o intuito de proporcionar o apoio popular necessário à implementação dos regimes ditatoriais e tentar apagar da história nacional a participação dos negros na consolidação do Estado brasileiro.

3 CONCLUSÃO

Através do estudo da história da capoeira, percebe-se que em sua trajetória é um dos raros momentos em que está documentada uma representação positiva do negro. Onde ele é visto como herói. Embora, a cultura dominante etnocêntrica venha tentando desconstruir isto.

A visão deformada de tais qualidades, criada pelo europeu colonizador, que veio legitimar historicamente a dominação e o genocídio, direto ou indireto, dos indivíduos considerados “diferentes”, não-brancos, determina dificuldades para o desenvolvimento da identidade dos brasileiros afrodescendentes, além de efeitos nocivos nos relacionamentos pessoais, por terem suas construções simbólicas articuladas em torno de referenciais de identidades associadas a inferioridade e a outros valores vistos socialmente como negativos. (Ferreira 2009 p.47)

O local onde é perpetuado e disseminado a dominação e uma visão estereotipada do negro é através da instituição escola. Todos os atributos que foram construídos com o intuito de desqualificar o negro e justificar a escravidão serão encontradas e reproduzidas na escola

às vezes diretamente ou indiretamente. Segundo Triunfo (1991 p.30) “o atendimento e o entendimento do aluno de origem africana, hoje, é desrespeitoso e possui falhas pedagógicas.” Para complementar este trágico quadro faz parte da construção e manutenção do racismo segundo Ferreira (2009 p.52) “apresentar as culturas africanas como folclóricas, primitivas e inferiores, se comparadas à branco européia.”

Para tentar reverter toda esta estrutura de perpetuar a estereotipação e o racismo no ano de 2003 no governo de Luís Inácio da Silva (Lula) edita a lei 10.639/2003 que em sua redação diz:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A eleição do Presidente Lula, marca na história brasileira a chegada do primeiro operário como chefe da nação. Um homem oriundo das camadas populares, em seu governo vai atender a várias demandas de diversos setores da sociedade até então não atendidos, entre eles o movimento negro que pleiteava o reconhecimento oficial por parte do Estado da participação do negro na formação da nação brasileira.

Nesta nova relação entre o Estado e a capoeira muitos capoeiristas articulam-se com a finalidade de que a capoeira fosse registrada como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Pois, a partir da década de 1980, a capoeira expande-se por vários países do mundo difundindo desta maneira, a cultura afro-brasileira, a língua portuguesa e o turismo. (Leal e Oliveira 2009, p.43), afirmam que, a capoeira juntamente com o samba e o carnaval “é uma rica expressão da cultura afro-brasileira tanto no Brasil como no exterior.”

Toda esta conjuntura favorável a prática e difusão da capoeira jamais imaginada por capoeiristas do início do século XX, se concretiza no registro da capoeira, “em 2008, como bem da cultura imaterial do Brasil, por indicação do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura”, como aponta (Leal e Oliveira 2009, p.43). Foi um processo que já se estava esperando, pois federações e Conselhos Regionais de Educação Física tentam impor um monopólio de ensino da capoeira, Silva (2002) através de resoluções como a de número 46 de fevereiro de 2002 que especifica as atribuições do profissional em educação física. De acordo com ,Silva (2002p.173):

A resolução incorre em alguns equívocos, desde o de designar como função profissional o desenvolvimento de valores que não dependem exclusivamente da intervenção de uma categoria de trabalhadores, como reduzir a interpretação de diferentes manifestações culturais e artísticas pelo viés da aptidão física, como no caso da dança, ioga, artes marciais e, especificamente a capoeira.

O tombamento da capoeira é importante, pois através deste ato segundo (Leal e Oliveira 2009, p.44), “o registro possibilita o desenvolvimento de medidas governamentais de suporte à comunidade da capoeira, a exemplo de um plano de previdência social para os velhos mestres da capoeiragem...”. Também possibilita o reconhecimento do notório saber dos mestres pelo Ministério da Educação, o que permite o ensino da capoeira, pelos Mestres sem formação superior corrigindo a distorção da resolução do Conselho Federal de Educação Física.

No segundo mandato do Presidente Luís Inácio da Silva (Lula), o movimento negro alcança mais uma vitória na busca do resgate e valorização da cultura negra, com a edição da lei 12.888/20/07/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Dentre varias medidas de proteção contra a discriminação racial sua redação contempla a capoeira:

Seção III

Da Cultura

Art. 19 O poder público garantirá o registro e a proteção da capoeira, em todas suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira, nos termos do Artigo 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O poder público buscará garantir, por meio dos atos normativos necessários, a preservação dos elementos formadores tradicionais da capoeira nas suas relações internacionais.

Seção IV

Do Esporte e Lazer

Art. 21 A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do artigo 217 da Constituição Federal.

§ 1º A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifestará, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em território nacional.

§ 2º É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.

Esta série de legislações garantido a difusão da cultura da capoeira, reflete a preocupação do governo Lula em preservar as raízes e tradições da capoeira, pois entende sua importância na identidade nacional. Segundo, Campos:

“a capoeira é um caminho lúdico para a sobrevivência de nossa cultura, oferecendo um braço forte para resistir à nossa própria alienação de nós mesmos A capoeira é o braço da história com a cultura popular, para resgatar nossa condição de povo”. (Campos apud Costa 2009, p. 87)

Hoje, mais do que nunca, estamos em um processo de afirmação de uma identidade nacionalista, a partir de raízes e tradições das diversas etnias que para cá se reuniram e afirmaram seus desejos, sentimentos e sua cultura. Campos afirma que:

“os verdadeiros mestres, comprometidos em repassar o legado recebido, criam estratégias próprias e, com um dinamismo fora do comum, vencem obstáculos, preconceitos e mantêm as tradições, transmitindo para os alunos um jeito de ser brasileiro, e de viver a realidade a partir dos substratos que a história popular oferece.” Campos (2009 p92)

Desta forma, a capoeira que deve ser ensinada e difundida é aquela que não negue sua origem escrava e seu passado de contestação e não aquela capoeira comercial com adoção de graduações e outros modismos. De acordo com Campos, (2009, p. 119), Mestre Bimba lutava para difusão de uma capoeira que agregasse a história de luta do negro, a sua cultura.

“Mestre Bimba tinha que resistir, mostrar o valor do povo afrodescendente, a capacidade do negro, sua importância cultural, quebrar os preconceitos, participar da sociedade na sua plenitude, ser brasileiro e acima de tudo mostrar um jeito simples de ser gente.” Campos, (2009, p. 119)

A importância da capoeira para identidade brasileira traduz história, tradição, luta, afirmação, cidadania e a busca da igualdade social. Ela é o produto cultural deste movimento

pelo direito de ser gente. Através da capoeira podemos resgatar toda história do negro no Brasil e sua contribuição na formação de nossa sociedade, e almejar uma sociedade sem discriminação.

3 REFERÊNCIAS

ABREU, Frederico José – **Capoeiras Bahia, Século XIX Imaginário e Documentação**, Salvador, Instituto Jair Moura, 2005

ACCURSO, Anselmo da Silva. **Capoeira um Instrumento de Educação Popular** – Porto Alegre 1995

ARANTES, Antonio Augusto – **O que é cultura popular** – 8ªed.: Brasiliense 1985

AREIAS, Almir das. **O que é capoeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983

CAMPOS, Hélio – **Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba** / Hélio Campos (Mestre Xaréu). – Salvador: EDUFBA, 2009

CAMPOS, Hélio. **Capoeira na Universidade: uma trajetória de resistência**. / Hélio Campos. – Salvador: SCT, EDUFBA, 2001

CAPOEIRA, Nestor – **Capoeira galo já cantou** / Nestor Capoeira – 2ª ed. – RJ: Record, 1999

CARYBÉ – **O jogo da capoeira 24 desenhos de Carybé**. Livraria Turista – Salvador: 1951
CASCUDO, Câmara, **Folclore do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Brasil-Portugal, 1967

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciencias sociais** / Denys Cuche, tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: edusc, 1999

FERREIRA, Ricardo Franklin – **Afro-descendente: Identidade em Construção** – SP: EDUC RJ: Pallas 2009

GAYA, Adroaldo. **Ciências do movimento humano: introdução à metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1771> acessado em: 20/05/2011

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/estatutos#content> acessado em 20/05/2011

INDESP. **Esporte com Identidade Cultural: Coletânea** / organizado por José Eduardo de Souza e Silva – Brasília: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1996

LÖW, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista** / Michael Löw. – São Paulo : Cortez, 1988

MAESTRI, Mário – **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade** / Mário Maestri. – 3º ed.rev.atual. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2006

MATTOS, Regiane Augusto de – **História e Cultura Afro-brasileira/ Regiane Augusto de Mattos**. – São Paulo: Contexto, 2007

MOURA, Jair - **A Capoeiragem no Rio de Janeiro Através dos Séculos**, 2º edição, outubro 2009 Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2009.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil** / Josivaldo Pires de Oliveira, Luiz Augusto Pinheiro Leal. – Salvador: EDUFBA, 2009

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões – **A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)** – Campinas, SP: s.n. 1996

REGO, Waldeloir . **Capoeira Angola**. Salvador: Ed. Itapoan, 1968

REVISTA, Textos do Brasil – Ed. Nº14 – **Capoeira** : Novembro de 2008

SILVA, Paula Cristina da Costa – **A Educação Física na roda de capoeira...entre a tradição e a globalização** – Campinas, SP: sn, 2002 – Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Tomaz Tadeu da – **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

SOARES, Carlos Eugênio Libano – **A negrada Instituição: os capoeiras no RJ 1850- 1890** – Campinas SP. Sn,1993

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano** / Marina de Mello e Souza – São Paulo: Ática, 2006

STUART Hall. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade** –; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes louro – 7. Ed. – Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

TRIUNFO, Vera - **Rio Grande do Sul: aspectos da negritude** – editora: Martins Livreiro, POA.,1991